

VENDO OUTRAS PAISAGENS DOS “CERTOENS” DO NORTE, SÉCULOS XVII-XIX¹

*SEEING OTHER LANDSCAPES OF BRAZILIAN NORTHEASTERN HINTERLANDS,
17TH-19TH CENTURIES | VIENDO OTROS PAISAJES DEL INTERIOR DEL NORDESTE
BRASILEÑO, SIGLOS XVII-XIX*

ESDRAS ARRAES

RESUMO

A paisagem do sertão nordestino brasileiro tem recebido, por muito anos, da historiografia tradicional, da literatura e da cinematografia, julgamentos parciais cristalizados em adjetivos como vazio, inerte, rústico e penitente. Por baixo desse rótulo uniforme conhecido por muitos, existiram outros matizes, outros espaços e paisagens os quais necessitam ser expostos às vistas, no sentido de participar do quebra-cabeças da história brasileira, parcialmente forjada pelas elites intelectuais. Na contramão dessas imagens corriqueiras, este ensaio discute a construção e as representações das “outras” paisagens dos “Certoens” do Norte entre os séculos XVII e XIX. Busca-se, através do cruzamento entre imagem (cartografia) e texto (documentos manuscritos oficiais), expor cotidianos ocultos dessas zonas interiorizadas, isto é, evocar o seu dinamismo social, econômico, cultural e político pouco visto e homogeneizado no “ciclo do couro” de Capistrano de Abreu. Analisa-se algumas especificidades hermenêuticas da paisagem oriundas de diferentes campos do saber, em especial a Arqueologia, a Fenomenologia e a Geografia Cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia. Cultura material. Paisagem. Sertões do Norte. Urbanização.

ABSTRACT

The landscape in the Brazilian Northeastern hinterland has received unfavorable descriptions, such as the adjectives empty, inert, rustic and penitent, from traditional historiography, literature and cinematography. Under this well known description, there are other aspects, spaces and landscapes that need to be considered so that it can be part of the Brazilian history, which was partly forged by the intellectual elite. Against these usual images, the aim of present study is to discuss the construction and representation of the “other” landscapes in the Northeastern hinterland between the 17th and 19th centuries. The objective of the study is to cross-reference images (cartography) and texts (official manuscript documents) to demonstrate hidden everyday life of these internalized zones, that is, to evoke its hardly ever seen social, economic, cultural and poli-

tical dynamism that was homogenized by the “Leather Cycle” of Capistrano de Abreu. We analyze some hermeneutic specificities of the landscape from different fields of studies, such as Archeology, Phenomenology and Cultural Geography.

KEYWORDS: Cartography. Material culture. Landscape. Northern hinterlands. Urbanization.

RESUMEN

El paisaje del interior del nordeste brasileño ha recibido, durante muchos años y por parte de la historiografía tradicional, la literatura y la cinematografía, juicios injustos cristalizados en adjetivos como vacío, inerte, rústico y penitente. Bajo esa “etiqueta” uniforme, conocida por muchos brasileños, existían otros colores, espacios y paisajes que necesitan ser expuestos, en el sentido de participar en el rompecabezas de la Historia nacional, parcialmente forjada por las élites intelectuales. Contra esas imágenes corrientes, este artículo discute la construcción y las representaciones de los “otros” paisajes del interior del nordeste brasileño entre los siglos XVII y XIX. A través del cruce entre imagen (cartografía) y texto (documentos manuscritos) se busca exponer cotidianos ocultos de esas zonas del interior; es decir, evocar su dinamismo social, económico, cultural y político poco visto y homogeneizado en el “Ciclo do Couro” (en portugués, “Ciclo del cuero”) de Capistrano de Abreu. Se analizan algunas especificidades hermenéuticas del paisaje de diferentes campos del conocimiento, especialmente la Arqueología, la Fenomenología y la Geografía Cultural.

PALABRAS CLAVE: Cartografía. Cultura material. Paisaje. Interior del nordeste. Urbanización.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla em desenvolvimento na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em nível de doutoramento. Serão apresentadas algumas reflexões iniciais sobre as paisagens dos “Certoens” do Norte, representadas em textos e imagens do período colonial. Hoje, essa região está convencionada e reduzida ao homogêneo sertão nordestino. As representações costumeiras da paisagem desse sertão se enquadram em temas negativos, como a seca e a sua repercussão na vida dos moradores rurais, a rusticidade na maneira de habitar o mundo, a estagnação econômica e a penitência socioreligiosa. No imaginário social contemporâneo, percebe-se a potência dessas representações gravitando em discursos literários, cinematográficos e jornalísticos, nos paradigmas historiográficos ou nos códigos legais de instituições federais criadas em princípio do século XX e destinadas a solucionar e conter os agravantes econômicos desse específico sertão².

O logotipo “sertão nordestino — região homogeneizada pela Caatinga e pobreza” (ANDERSON, 2011), já está fadado a essas leituras parciais por muitos anos. Uma posição lógica a tomar seria relativizar as ideias impostas como verdadeiras e as representações

corriqueiras, em especial quando se estuda os séculos de colonização portuguesa na América e os eventos concatenados em seus sertões plurais: zonas heterogêneas em aspectos sociais, culturais, econômicos, geográficos e paisagísticos.

Assim, o objetivo deste ensaio é abordar essas outras paisagens dos “certoens” do Norte, aquelas que fluem contra a correnteza das ideias vigentes, plasmadas em adjetivos como vazio, desértico, rústico e isolado. Na verdade, por baixo desse rótulo uniforme, existiram outros matizes que necessitam ser expostos às vistas, no sentido de participar do quebra-cabeças da história brasileira parcialmente montado pelas elites intelectuais. Buscando rerepresentar sertões dinâmicos e ativos, estes são redesenhados a partir de traços materiais e simbólicos deixados nos textos manuscritos e na cartografia produzidos entre os séculos XVII e XIX. Pistas a serem equacionadas e dosadas no intuito de recompor uma “arqueologia da paisagem”, escavando cotidianos ocultos vivenciados tanto no âmbito local quanto em escala maior.

Por ser um ensaio que explora a paisagem como especificidade hermenêutica, algumas definições ou aproximações conceituais merecem atenção. Parte-se de pressuposto metodológico multidisciplinar, orbitando entre diferentes campos do saber, como a Geografia Humana e Cultural, a Arqueologia, a História Cultural e Econômica e a Fenomenologia. O historiador francês Bernard Lepetit (2001) considerou essas diferentes disciplinas como atuantes no mesmo tipo de conhecimento e que, entre elas, as inter-relações são múltiplas e os limites jamais estanques. Na mesma linha, o arquiteto argentino Ramón Gutierrez (1982) apontou que o enfoque multidisciplinar não restringe os resultados a visões parciais as quais poderiam empobrecê-los.

A paisagem tem recebido a atenção de diferentes disciplinas, o que torna a sua especificidade algo assaz fluído. Algumas abordagens fundamentam-se nas chaves estética e ética, campos que aqui serão tocados lateralmente, pois privilegia-se a construção social da paisagem ou o resultado simbólico-material operado pelo homem em relações simbióticas ou conflituosas.

A Geografia vem desenvolvendo ao redor desse tema um produtivo debate desde a segunda década do século passado. Aqui situamos a proposta do geógrafo cultural inglês Denis Cosgrove (1984), quando, em seu *Social Formation and symbolic landscape*, chamou a atenção aos aspectos materiais da paisagem como sendo a objetificação de relações sociais e do imaginário humano. Paisagem, para Cosgrove, seria um mundo mediado pela experiência do olhar, uma construção material do imaginário, sendo este considerado como a principal mediação de modificação da Terra e da existência humana.

James Duncan (1997), outro geógrafo cultural inglês, explica a paisagem numa perspectiva hermenêutica, encarando-a como um discurso de poder que codifica e transmite informação. Suas representações estão imbuídas por um conjunto de narrativas e ideologias relacionadas às práticas sociais, tanto que os signos os quais a paisagem porta transmitem mensagens intencionais, geralmente de fácil apreensão àqueles habituados

com o lugar. Para outros, a mensagem não é clara, a não ser que conheça o texto o qual ela procura transcrever e comunicar (CLAVAL, 2012).

Ainda na Geografia, posiciono os estudos de Santos (2009), nos quais a paisagem é compreendida como um conjunto de formas que, num dado momento, exprime heranças as quais representam sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. Ela teria uma qualidade transtemporal, reunindo, superpondo e excluindo objetos passados e presentes, uma construção transversal (SANTOS, 2009). Santos articula a paisagem ao já batido tema do palimpsesto³, onde, mediante acumulações e substituições, a ação de diferentes gerações se superpõe em “rugosidades”, isto é, o tempo histórico empiricizado e perceptível aos olhos do observador. Assim, a paisagem adquire um qualitativo histórico, contendo referências de eventos pretéritos, muitos deles apresentados sutilmente em símbolos ou imaterialidades, como a memória e as narrativas dos habitantes (BENDER, 2002).

No âmbito da Arqueologia as definições são também flexíveis, porém o social, o material e o simbólico tornam-se a base comum de determinadas análises. Lazzari (2010) considera a paisagem como uma coleção de fatores humanos e não humanos que configura o concreto e imagina lugares compostos de mundos sociais. Seria uma entidade viva e dinâmica, compartilhada e contestada por meio de práticas sociais como as tarefas do cotidiano, as cerimônias, a circulação e troca de objetos e ideias vindos de localidades muito distantes.

Na mesma direção de Lazzari, os arqueólogos Agbe-Davis e Bauer (2010) opinam a paisagem como uma ativa dimensão da vida social formada pela circulação de pessoas e itens dentro dela. Juntos, pessoas e cultura material, criam uma rede de experiências onde os significados dos agentes e dos lugares envolvidos estão continuamente em transformação. Dentro dessa lógica, os arqueólogos consideram a circulação, a troca, os fluxos de pessoas, de artefatos e de ideias como atos comunicativos da cultura, o que eles nomearam de “paisagem da circulação” (LAZZARI, 2010). Com efeito, o movimento produz paisagens e o ato de atravessar lugares, quaisquer que sejam as escalas geográficas, converte-se em uma mediação fenomenológica de conhecimento, interpretação e modificação do território em paisagem (CARRERI, 2002).

Portanto, imaginário, relações sociais, trocas culturais e materiais e circulação humana comportam as bases epistemológicas adotadas à compreensão das paisagens dos “Certoens” do Norte. Veremos como a documentação oficial manuscrita produzida na época colonial descreveu sertões dinâmicos, vivos e intricados em uma complexa estrutura social, cujas inter-relações extrapolavam os contornos políticos de uma capitania ou comarca. As práticas cotidianas dos sertanejos e as políticas emanadas da Coroa portuguesa promoveram a construção de diferentes paisagens não limitadas às imagens conhecidas e enquadradas por pequenas casas de fazendas envoltas de secos arbustos e verdes mandacarus.

É interessante destacar ainda que, nessas operações de elaboração e transformação dos “certoens”, o hibridismo decorrente dos encontros culturais (BURKE, 2005)

entre as sociedades indígenas — genericamente chamadas de Tapuias — e os adventícios (quer de origem lusitana ou africana) pode ser interpretado na maneira do homem habitar e se relacionar com o mundo a sua volta. Sendo assim, e segundo a chave fenomenológica, a paisagem que se formou e existiu nessas zonas representava um conjunto de relações existenciais mantidas pelo homem com o seu entorno imediato ou não, definindo o que se pode chamar de “meio de vida” realizado de diferentes modos: práticos, técnicos, perceptivos, afetivos, simbólicos e cognitivos (BESSE, 2014).

A TRANSFORMAÇÃO DAS VASTIDÕES DESÉRTICAS

O verbete “sertão” tem recebido a atenção em diferentes áreas do conhecimento com desdobramentos multidisciplinares, cujas atribuições de significado operam entre o simbólico e o material, o imaginado e o real. Por volta de 1530, D. João III concedeu cinquenta léguas de terra litorânea aos capitães donatários para que avançassem “pelos sertam e terrã fyrme adentro quando poder e entrar e for da minha Comquista” (NEVES *et al.*, 2007). Para o monarca luso, portanto, o “sertam” era uma área situada além da faixa costeira, terra firme e interiorizada. O mesmo significado aparece no *Vocabulario Portuguez e latino, aulico, anatômico, architetonico, bellico* [...] de Bluteau (1712-1728, p.613): “sertão” seria “a região apartada do mar, e por todas as partes metida entre terras”. Silva (1813, p.693) pouco difere de Bluteau e, em seu dicionário, define “sertão” como “o interior, o coração das terras [...]”. A diferença entre as acepções citadas reside na questão de fronteira, mesmo que virtual. Enquanto que o sertão imaginado pela Coroa portuguesa é narrado como um *continuum* geográfico, Bluteau e Moraes Silva o articulam “entre terras”, situado entre limites possíveis — o Atlântico e uma fronteira onírica (“o coração das terras”).

É difícil precisar o início e o fim de seus contornos, porque dependendo do ponto de referência um determinado sertão estava a poucos quilômetros do litoral, não necessariamente vinculado à Caatinga. Em 1757, D. Domingos do Loreto Couto informava a D. José I sobre os aspectos utilitários da freguesia de São Lourenço da Mata, situada a poucos quilômetros da vila do Recife. Essa localidade, no dizer de Couto, “que fica ao certão, he de aprazíveis vargens, vistosos montes e frescas ribeyras [...]” (COUTO, 1904, p.163). Anos depois, o ouvidor da comarca de Pernambuco, Antônio Xavier Moraes Teixeira, indicou a povoação de Pau d’Alho, localizada a seis léguas do litoral, em área de produção açucareira, como parte do “vasto sertam” de sua jurisdição (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA, 1787, Cx. 160, D. 11530). Assim, no período colonial, excetuando os centros de poder (Olinda, Recife, São Luís, Salvador e Rio de Janeiro) e as vilas posicionadas junto ao mar ou nos arredores dos engenhos de açúcar, tudo poderia ser sertão; ele estaria em toda a parte (ROSA, 2008).

Para o homem colonial, os sertões não se conectavam apenas ao árido e ao desolador. Dentro deles existiram plantações de cana-de-açúcar, áreas de agrestes campinas,

bosques, matas e ribeiras povoadas de Buritis, Carnaúbas e Ouricuris. O sertão do homem contemporâneo é o resultado de sucessivas e seculares ações antrópicas, sejam de caráter empírico, pragmático ou cognitivo. Algumas dessas ações agrediram o meio ambiente pelas técnicas empregadas em seu manejo. O botânico Albert Löfgren (1923) percorreu, em 1911, os sertões do Ceará, Paraíba e Pernambuco sob os imperativos da recém-criada Inspetoria de Obras Contra as Secas. Seu relatório citou resquícios de bosques na vila de São João dos Cariris Velhos (PB), em que “a maior parte das casas antigas são construídas com madeira d’aquelles bosques desaparecidos” (LOFGREN, 1923, p.29). Na opinião do botânico, a perda dessas áreas ocorreu em função do grande número de queimadas, inutilizando o solo com o passar dos anos:

E, de fato, desde a sahida de Iguatú [CE], raras foram as noites em que o horizonte não estivesse illuminado por innumeradas queimas. Não admira, pois, que a estereidade do solo e as condições desfavoráveis augmentem ao passo que desaparece a vegetação alta, fornecedora de humidade para a atmosfera e barreira contra os ventos seccantes, cuja vidência recrudescer com falta de resistência (LÖFGREN, 1923, p.8).

O árido, o inulto e o desconhecido como imagens características das paisagens dos “Certoens” do Norte permearam boa parte dos escritos e debates historiográficos tradicionais. Essas representações muitas vezes respaldaram-se na força de determinados adjetivos encontrados em relatos oficiais: vazio, incomensurável, indômito, ameaçador, agressivo... No entanto, a perspectiva analítica dessa história tendeu a “ilhar” esses termos interpretando-os à luz dos seus aspectos literais, sem relacioná-los a fenômenos mais abrangentes e complexos, como a dimensão das comunicações e trocas socioculturais estabelecidas entre os sertões e outras partes da Colônia. Em um desses relatos, o do missionário capuchinho Martinho de Nantes, os sertões foram percebidos, dentro da ótica eurocêntrica, como um “vazio assustador”. Na visão de Nantes, que foi enviado às margens médias do rio São Francisco para estabelecer um aldeamento missioneiro de índios da nação Cariri, aquela região seria o *locus* do paganismo, habitat de tribos bárbaras e antropófagas, alheias à cristandade e aos “bons” costumes do Velho Mundo (NANTES, 1979).

Em 1672, ano provável da chegada de Nantes ao rio São Francisco, o povoamento dos sertões já havia sido formalizado pela Coroa por meio da concessão de vastas sesmarias a poderosos fazendeiros residentes no litoral baiano ou em seu Recôncavo. Entre esses, destacaram-se a família Dias d’Ávila (Casa da Torre), os Guedes de Brito (Casa da Ponte), Domingos Afonso Mafrense (depois apropriadamente alcunhado de Sertão) e o morgado do Porto da Folha. Nos anos iniciais de colonização e transformação das paisagens dos sertões do Norte, que ocorreu por volta de meados do Seiscentos, existiram focos dispersos

de assentamentos humanos, principalmente indígenas, haja visto o caráter seminômade, ou de curso, das tribos que residiram naquelas paragens, praticando agricultura itinerante com roças de coivara, envolvendo queimadas sucessivas.

Nesse sentido, qualificar essas áreas de intocadas, mesmo em época pré-cabralina, seria perpetuar o equivocado argumento de uma região prístina ou descartar a atuação dos nativos na construção da paisagem brasileira. Como têm mostrado estudos recentes⁴, não se pode admitir a visão racista de excluir o indígena na formação do território, muito menos dar-lhes o papel coadjuvante na elaboração da paisagem. Na realidade, os portugueses reconheceram os saberes indígenas de uso do território para implantar as suas capelas, freguesias, julgados, vilas e cidades. Couto (1904, p.19) indicou que a fundação da capela dos Santos Cosme e Damião da vila de Igarassú, localizada na capitania de Pernambuco, se deu onde antes havia uma aldeia indígena. Os tupinambás habitavam o sítio no qual Duarte Coelho estabeleceu a cidade de Olinda, pois estes “escolhião para suas situações as terras mais deliciosas, e aprasiveis” (COUTO, 1904, p.34).

A paisagem que se reapresentava, reunindo elementos da cultura europeia e da cultura indígena (as ocas e suas especificidades arquitetônicas, a disposição espacial das tribos, a localização no território segundo lógicas cosmológicas, míticas ou utilitárias, os equipamentos bélicos e de caça, as pequenas plantações de subsistência e as maneiras de ornar o corpo), criou uma rede de experiências onde o significado das pessoas, dos lugares e dos objetos estava em constante transformação, dialogando um com o outro nem sempre de modo pacífico (AGBE-DAVIS & BAUER, 2010).

Os aldeamentos missionários implantados pelos capuchinhos franceses nas bordas do rio São Francisco não foram as primeiras iniciativas aprovadas pelo governo português. Antes, criadores de gado estruturaram uma rede de currais e fazendas estrategicamente posicionados no curso das principais ribeiras para viabilizar os seus interesses econômicos. O exemplo da Casa da Torre, da família baiana dos Dias d'Ávila, é emblemático, pois, desde o século XVI até as primeiras décadas do Oitocentos, a Torre interferiu direta ou indiretamente nos processos de ocupação e construção das paisagens dos “Certoens”. Sua representatividade no sistema colonial foi tanta que muitos mapas coevos, desenhados por portugueses ou cartógrafos estrangeiros, posicionaram a “fortificação” dos Ávila em detrimento de outras fortalezas ou núcleos urbanos talvez menos expressivos à conjuntura política vigente (ARRAES, 2013).

Na época de frei Martinho de Nantes, a Casa da Torre possuía cerca de trinta léguas de terras das margens sanfranciscanas, povoando-as com “[...] 85 fazendas e currais depois de haver matado os seus primeiros possuidores [...]” (NANTES, 1979, p.52). No Piauí de 1697, segundo a *Dezcrição do certão do Peauhy Remetida ao Illm.º e Rm.º. S.ºr Frei Francisco de Lima Bispo de Pernam.º*, de autoria do cura da freguesia de Cabrobó, Miguel de Carvalho, das 129 fazendas existentes “[...] são senhores, Domingos Affonso Certão, e Leonor Pereira Marinho [herdeira da Casa da Torre], que as partem de meyas [...], as mais

arendão a q^m lhe quer meter gados [...]” (ENNES, 1938, p.370). Um grande percentual dessas sedes de fazendas foi arrendado por 10 mil réis, valor superior ao estabelecido pela Coroa. Segundo a normativa régia, toda terra concedida acima de trinta léguas do Recife deveria pagar à Fazenda Real a quantia de quatro mil réis anuais (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA, 1699, Cx. 18, D. 1777).

Todo o imenso território dominado pela Casa da Torre se formou por via de arrendamentos de terras. Adquirindo imensas sesmarias, os d’Ávila não deixaram outra alternativa aos colonizadores senão a de serem rendeiros ou dependentes, sujeitos, na maioria dos casos analisados, a um regime opressor (FONSECA, 1996, p.53). Os rendeiros eram formados, basicamente, por dois grupos distintos: aqueles agentes coniventes com a expansão fundiária dos d’Ávila e os outros contrários ao processo. Na capitania do Piauí, homens que ocuparam importantes cargos militares, como o capitão mor Theodosio de Oliveira Ledo, o coronel Manuel de Araujo Carvalho e o sargento mor João de Miranda, eram todos procuradores da Casa da Torre (MARTINS, 1944). Nota-se, dessa forma, que o sistema de trabalho dos procuradores e de alguns rendeiros foi acompanhado por relações clientelistas⁵, cuja remuneração e organização social estavam submetidas às lógicas de dependência e lealdade, substanciadas no universo da violência. Com efeito, outro missionário, o carmelita Nicolao de São Joseph, durante visita aos sertões do arcebispado da Bahia, em 1696, perguntou a rendeiros da Torre porque não edificavam capelas para celebrar os ofícios católicos; disseram-lhe que Leonor Pereira Marinho, Domingos Afonso Mafrense e Antônio Guedes de Brito eram senhores da maior parte das terras daqueles sertões e “não queriam que se fizesse igreja” (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA, 1697, Cx. 1, D. 04).

As fazendas e os currais da Torre e dos outros senhores foram expressões da abrangência de uma vasta rede de códigos lidos por meio de reciprocidades e resistências. A localização desses elementos culturais na paisagem foi pensada visando o fortalecimento da trama social tecida por esses agentes. Esses artefatos culturais evocavam a delimitação de fronteiras, onde qualquer modificação interna deveria responder às ambições fundiárias, fiscais e comerciais dos régulos. Quando foi instituída a vila da Jacobina (BA), em 1721, a primeira decisão dos representantes régios foi a de fundá-la na missão do Sahy, junto ao caminho real das boiadas conduzidas do Piauí (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA, 1721, Cx. 15, D. 1338). A resolução oficial não agradou ao coronel Garcia de Ávila Pereira, o terceiro da linhagem, devido aos “[...] evidentes prejuizos q’ resultavão de se levantar tam perto [do caminho] a d.^a Villa [...]” (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA, 1722, Cx. 17, D. 1484), pois ali a Casa da Torre estabeleceu a seus custos um aldeamento missioneiro e construiu uma capela para pacificar os índios, por ser “[...] de grande utilid^e p^a a condução dos [seus] gados [...]” à cidade da Bahia (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA, 1722, Cx. 17, D. 1484).

O devassamento dos sertões pelos Dias D’Ávila, Mafrense, Guedes de Brito e outros parecia fundamental, até o final do século XVII, aos objetivos geopolíticos da Coroa. Depois dos relatórios dos sacerdotes Pe. Miguel de Carvalho e frei Nicolau de São Joseph denunciando a violência, o pouco desenvolvimento urbano do território e o bloqueio que causava aos cofres régios a concessão de grandes latifúndios improdutivos, a Coroa decidiu sancionar severas leis buscando regularizar as questões fundiárias com vistas a reordenar e reformar os “Certoens” do Norte. Foram redigidos a Carta Régia de 20 de janeiro de 1699 e o alvará de 23 de novembro de 1700, cujo teor normativo ecoou na estrutura social e na paisagem. A Carta Régia tentou remediar a evidente dispersão na qual viviam os rendeiros da Torre e os demais habitantes.

Desde então, a Coroa elaborou resoluções mais incisivas sobre o território, promovendo uma política de restrição e coerção de privilégios dos grandes fazendeiros e potentados, de maneira que seu poder reduzisse no decorrer dos anos (ARRAES, 2013). Os preceitos do documento régio eram claros: sesmarias incultas e despovoadas deveriam ser denunciadas por aqueles desejosos de “florescer a terra”, o que promoveria o aumento pecuniário dos cofres régios através da cobrança dos dízimos (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA, 1699, Cx. 18, D. 1771). A dimensão das sesmarias foi regularizada, não podendo exceder as três léguas em quadra determinadas pelas Ordenações do Reino. Novamente no Piauí, onde as injustiças fundiárias eram maiores, percebe-se, por meio do estudo de cartas de concessão de sesmarias, que houve um acentuado interesse em reordenar o parcelamento de terras: entre 1699 e 1750, nota-se sesmarias as quais não ultrapassavam o limite legal instaurado.

As novas posturas da Coroa transformaram as paisagens dos “Certoens” do Norte ao efetivar o povoamento e a urbanização. Ainda com relação ao Piauí, o número de fazendas saltou de 129 para 144 unidades, segundo uma lista arrolada em 1720 por autor anônimo (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA, 1720, Cx. 10, D. 1066). Nesse rol, somente cinco sedes de fazendas abrigaram rendeiros ou procuradores da Torre. Quanto aos processos de urbanização dos sertões, até 1750 foram oficializadas, aproximadamente, 42 freguesias, 16 julgados e 10 vilas, índices os quais revelam a apropriação do Estado português na definição e controle das fronteiras geopolíticas dos territórios longe da costa. Fazendas desligadas da trama dos Dias d’Ávila e núcleos urbanos de diferentes níveis foram representações materiais do esforço régio de reduzir o poder quase absoluto dos poucos que dominaram os sertões. Como disse Mitchell (2002), a paisagem é a representação do poder de certos agentes sobre o território, isto é, ela expõe a identidade de uns e o esquecimento de outros. Essa hipótese pode ser averiguada a partir do cruzamento de fontes iconográficas, em especial a cartográfica, com as fontes textuais manuscritas ou impressas produzidas nos séculos de colonização.

PAISAGENS CARTOGRÁFICAS DOS “CERTOENS” DO NORTE

Algumas representações cartográficas dos “Certoens” prestam-se em retratar o já batido sertão nordestino conhecido pela maioria dos brasileiros. Além do léxico e de certas narrativas históricas, os mapas impressos no período colonial equivalem a um potente sistema de argumentos (WOOD, 2008) ou a um discurso (HARLEY, 2005) capaz de reforçar ou construir as imagens de vazio incomensurável e de estagnação urbana. Vistos por outro ângulo, os mapas podem promover novas leituras sobre o espaço, a paisagem, o território e a urbanização, contrapondo aqueles negativos adjetivos ora citados, dando às vistas dinâmicas sociais ocultas nas entrelinhas dos esboços, traços e toponímias inseridos pelo cartógrafo. Para alcançar esse fim, é preciso relacionar a cartografia com outros tipos de documentos. O geógrafo americano Denis Wood chamou essa conexão de intertextualidade, ou seja, o mapa comporia um sistema de proposições, significados e argumentos clarificados pelo arranjo e combinação de informações de diferentes naturezas e origens, sejam textuais, iconográficas ou orais (WOOD, 2008).

Dentre esse conjunto de mapas, elaborados principalmente na segunda metade do século XVIII por cartógrafos encomendados pela Coroa portuguesa, há a *Carta Geografica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes* levantada em 1761 por João Antonio Galuci (Figura 1). De fato, esse é um interessante mapa, o qual serve para os propósitos aqui explorados, pois em sua representação está indicada a rede de povoações do Piauí estruturada por uma cidade (Oeiras); seis vilas (Parnaguá, Jerumenha, Valença do Piauí, Marvão, Campo Maior e Parnaíba); nove capelas (Aruazes, Curimatá, Frecheiras, Batalha, Humildes, Bocaina, São João, Santo Inácio e Nazareth); e centenas de sedes de fazendas, em sua maioria de gado, embora existissem outras unidades rurais dedicadas à cotonicultura, à plantação de cana-de-açúcar e mandioca e ao cultivo de cereais (milho, arroz e feijão).

Galuci traçou os principais caminhos terrestres que conectavam os sertões do Piauí às capitanias contíguas (Maranhão, Pernambuco, Bahia, Goiás e Ceará). Ele riscou o “caminho real do gado”, rota terrestre planejada em 1696 pelo vice-rei do Estado do Brasil, D. João de Alencastro, cujo objetivo relacionava-se ao conhecimento das zonas interiorizadas e comunicação entre São Luis do Maranhão e Salvador (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA, 1696, Cx. 9, D. 906). Os aspectos funcionais e utilitários desse caminho real, isto é, público, diziam respeito às trocas comerciais entre o Piauí e as outras capitanias, principalmente a Bahia, tendo em vista o grande percentual do gado criado em terras do Piauí e vendidos anualmente na feira de Capuame, situada cerca de oito léguas de Salvador (ARRAES, 2012). O caminho real do gado não passou despercebido às vistas de Vilhena (1802, p.84) quando, em 1802, observou a interferência da rota nas modificações das paisagens urbana e periurbana de Salvador por ser “frequentada de Boyadas innumeraveis, desde o principio da Cidade fundada ha duzentos e cincoenta annos”.

O lugar dos índios habitantes do Piauí setecentista se resumiu, no mapa, à indicação toponímica em caixa alta dos Pimenteiras, Guegués, Acroazes, Barbados, Gamellas e Gilboés. Como indicado por Marcos Galindo (2004), os Pimenteiras não congregavam um único grupo étnico, mas seria uma nomeação genérica atribuída a diferentes sociedades indígenas que fugiram de distintas paragens após os contatos operados com os europeus ou devido às “guerras justas” aprovadas pelo governo português. A diversidade de sociedades indígenas do Piauí foi arrolada pelo padre Miguel de Carvalho em sua *Dezcripção do certão do Peauhy Remetida ao Illmo. E Rm. o S.ºr Frei Francisco de Lima Bispo de Pernam.^{co}*, na qual situa 36 etnias assentadas nas proximidades de rios como o Piauí, Canindé, Gurguéia, Sambito e Parnaíba: Aroachizes, Carapotangas, Precatizes, Acuruás, Beçudos, Bocoreimas, Cupequecas, Cupicheres, Gutamez, Goyias, Anicuzaz, Aranez, Corerás, Ayitetus, Abetiras, Beirtés, Goaras, Macamasus, Nongazes, Tramambés, Anassuz, Alongaz, Aruas, Ubatês, Meatanz, Coriás, Lanseiros, Arayez, Acumez, Goratizes, Jaicós, Jendoiz (Janduis), Ycós, Uriús e Cupinharoz (ENNES, 1938).

É importante lembrar que as representações do mapa de Galuci não equivalem a um duplo da realidade, assim como a maioria da cartografia produzida durante a época Moderna. Por meio dos manuscritos compulsados até agora, em especial os índices estatísticos levantados pelo desembargador Francisco Marcelino de Gouveia, que havia visitado toda a capitania do Piauí em 1759, existem algumas omissões substanciais as quais não foram levantadas pelo engenheiro militar. Em 1760, o Piauí esteve povoado por 509 sedes de fazendas (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA, 1760a, Cx. 6, D. 400); no entanto, 210 unidades não foram sinalizadas. São observados espaços vazios nas ribeiras dos rios Poti, Sambito, Guaribas, Corrente e Longá, todos com suas margens ocupadas e colonizadas desde o final do século XVII. Além disso, as fazendas Estiva e Guaribas têm suas denominações duplicadas na carta setecentista. No termo da vila de Campo Maior, a herdade “Foge Homem” foi tida como duas unidades independentes (Foge e Homem). Apesar do engenheiro militar ter “observado miudamente os rumos das estradas, medido suas distancias, e tomado frequentemente as alturas para latitude [...]” (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA, 1760b, Cx. 7, D. 437); não surpreende, portanto, a explicação dada por um viajante anônimo com respeito ao mapa: “[...] elle [Galuci] não vizitou a Capitania em todas as suas partes, nem seguiu as diversas direcções dos Rios, não he possível que deixasse de tomar muitos pontos por huma mera estimativa, e que deixou na ditta Carta de haver muitas posições erradas, e omissões tão substanciaes [...]” (ROTEIRO, 1900, p.61).

[...] em huã baixa entre dois altos que lhes tomão a viração e na baixa tem agoa corrente e antes da fundação muito despoes della erão por alli tudo alagadisso naquella baixa e com o tempo se forão abrindo e atterando [sic] [...] e se está fazendo huã fermosa cadeia de pedra e caibro por não haver ainda cal e com huã fermosa casa de Camara em sima a q., deixei já posto o vigamento [...] (MARTINS, 1944, p.22).

A circulação no território pelos moradores foi citada nas referências de João da Maia da Gama às salinas de Igoarassú, situadas na freguesia de Piracuruca (PI). Ali, os residentes da ribeira do Parnaíba, da Serra da Ibiapaba e outras partes do Ceará “[...] vem buscar o sal e conduzi-lo em cavalo para o interior e outras partes mais distantes [...]” (MARTINS, 1944, p.56). A extração do “sal da terra” em determinados lugares, principalmente nas margens do rio São Francisco — desde a foz do rio Salitre até o rio Carinhanha —, além de citada pelo governador do Maranhão, foi documentada pelos viajantes naturalistas Spix e Martius, em 1818, e pelo médico inglês George Gardner, em 1838, quando visitou a lagoa de Parnaguá. Lá, viu “[...] gente de lugares distantes [que] se ocupavam em apanhar o sal” e relatou, ainda, que a porção comprada por ele “preservou muito bem a carne [...]” (GARDNER, 1975, p.137).

O “sal da terra” foi outro artigo comercial endógeno extraído com técnica própria e adaptada às práticas cotidianas dos produtores. Além de servir à salga da “carne-do-ser-tão”, como fez George Gardner em seu trajeto, esse produto foi utilizado pela população para suprir as necessidades alimentares, tendo em vista os altos custos e a dificuldade de acesso ao sal marinho, cujo monopólio de extração e comercialização restringiu-se aos contratos régios. Ademais, o sal articulou e dinamizou o mercado interno em uma intrincada rede de contatos comerciais, mobilizando sociedade e núcleos urbanos de diferentes capitanias. No relatório de 1774 feito pelo governador de Pernambuco, Jozé Cezar de Menezes, o “sal da terra” era [...]

[...] abundantíssimo de commercio, por quanto o vem buscar os habitantes da comarca de Goyaz, Paracatú, Gearaes, Serro, Minas Novas do Fanado, Rio de Contas, Jacobina, e todos os Certões vizinhos, que conduzem o dito sal pelo Rio [São Francisco] acima em muitos barcos, e canoas grandes de vella, e pella terra adentro, em cavalgaduras [...] (ARQUIVO HISTORICO ULTRAMARINO DE LISBOA, 1923, p.62).

Na primeira década do século XIX, Spix e Martius testemunharam a viabilidade econômica do comércio do sal extraído nas margens do rio São Francisco, mais precisamente no termo da vila de Pilão Arcado: “pecuária e sal constituem a riqueza desse extenso distrito, e este último artigo anima, sobretudo, o comércio entre Carinhanha [núcleo urbano situado em Pernambuco, na fronteira com a província de Minas Gerais [...]” (von

CONCLUSÃO

Tentou-se desmontar, em linhas gerais e não peremptórias, a representação corriqueira dos sertões, território distinto do atual sertão nordestino brasileiro que, em certos aspectos sociogeográficos, tem suas fronteiras confundidas. De fato, sertões do Norte e sertão nordestino são duas construções políticas. Os primeiros foram formados a partir das práticas cotidianas dos moradores ou segundo as medidas geopolíticas emanadas da Coroa portuguesa. Já o sertão nordestino é fruto de agendas políticas recentes formuladas em princípios do século XX, pelas quais as representações da paisagem carregam juízos parciais desde a sua origem: vazio, estagnação, rusticidade, pobreza, entre outros.

Vimos que já em finais do Seiscentos as relações sociais operadas entre os sertões das capitanias do Norte e as outras partes do Brasil-Colônia mobilizaram agentes de diferentes naturezas: funcionários régios (eclesiásticos e civis), poderosos fazendeiros associados a objetivos comuns, indígenas, brancos pobres, africanos cativos ou livres e comerciantes. Os contatos culturais realizados por esses agentes produziram complexas paisagens, vistas além das sedes de fazendas e currais implantados na ribeira dos principais cursos fluviais. Dentro desses “Certoens” do Norte, homogeneizados por Capistrano de Abreu em seu “Ciclo do Couro”, existiram diferentes economias, como a extração do “sal da terra” que articulou, principalmente, a população das margens médias do rio São Francisco a regiões distantes. Os fluxos e o movimento dessa população criaram paisagens dinâmicas as quais se modificavam no tempo e no espaço a cada novo evento, pacífico ou veiculado às tensões e clivagens.

A conexão entre imagem e texto foi outro método empregado no intuito de desconstruir as velhas representações de paisagens. Os mapas, artefatos da cultura material, não correspondem, dessa maneira, ao duplo da realidade. Pelo contrário, eles detêm jogos de poder manipulados por aqueles que recomendavam sua produção. Em geral, as monarquias europeias controlavam os processos de elaboração cartográfica, desde as visitas de campo do cartógrafo ao desenho acabado.

Para aprofundar os questionamentos do texto, o uso exclusivo da cartografia tornaria os resultados frágeis e pouco consistentes. Por isso, o cruzamento dos mapas com fontes textuais auxiliou a compreensão da paisagem em distintas escalas geográficas: a micro — quando se discutiu a atuação das sedes de fazenda, dos currais e dos pontos de extração do “sal da terra” na formação das paisagens; e a macro — relativa aos contatos feitos entre os sertões do Norte e as outras áreas da Colônia. Sem as fontes manuscritas, que também são representações, as lacunas deixadas pelo discurso cartográfico seriam de difícil preenchimento. Na verdade, os “Certoens” do Norte, antes de abrigarem os territórios do final do século XIX romantizados pela figura do vaqueiro vestido de sua armadura de couro e ilhado nas áridas e desoladas caatingas, representaram diferentes paisagens, transformadas em espaços vivos e dinâmicos por uma sociedade que nasceu complexa e híbrida pela multiplicidade de agentes sociais habitantes de seus mundos.

NOTAS

1. Este artigo faz parte da pesquisa de doutorado em andamento na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, orientada pela Profa. Dra. Beatriz Bueno.

2. Por intermédio do decreto 7.619, de 21 de outubro de 1909, foi criada a Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS). Foi a primeira instituição a estudar a problemática da seca e as possíveis intervenções físicas nas áreas atingidas regularmente por ela. O regulamento e a instalação da IFOCS tiveram apoio de Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha e foi saudado pela comunidade letrada do Brasil da época. Ver MENDES, K.S. *O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as secas (1909-1918)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2010. A IFOCS foi substituída, em 28 de dezembro de 1945, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). No governo de Juscelino Kubitschek ocorreu a instituição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A principal força motriz desse órgão foi a conscientização e mobilização da sociedade brasileira, conduzida sob a liderança legítima de suas forças sociais e políticas mais representativas, quanto à situação de abandono secular em que se encontrava a Região em relação às políticas nacionais de promoção do desenvolvimento, o que vinha resultando no seu atraso crescente diante dos avanços realizados nas áreas mais desenvolvidas do País. Ver GUERRA, P.B. *A civilização da seca*. Fortaleza: DNOCS, 1981.

3. Palimpsesto era um pergaminho ou papiro cujo texto primitivo foi raspado para dar lugar a outro. Definição tirada de HOUAISS, A. *Grande dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p.2111. Ainda sobre a metáfora do palimpsesto, o historiador inglês Hoskins (1985) revelou a paisagem como o incorporamento material das atividades humanas, um “palimpsesto” irrevogavelmente permeado de tempos que permitem decifrar as assinaturas dos eventos anteriores.

4. As pesquisas de ABREU, M.A. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. v.2. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010; SILVA, I.B.P. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório pombalino*. Campinas: Unicamp, 2003; GIANESELLA, R.R. *Paisagens no tempo: vilas litorâneas paulistas*. 2008. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008; REIS, N.G. *As minas de ouro e a formação das Capitânicas do Sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013; MONTEIRO; J.M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

5. O geógrafo francês Paul Claval indica que a relação clientelar tem igualmente raízes econômicas. Ela se estabelece entre quem dispõe de bens consideráveis e quem não tem meios de produzir, nem rendimentos. CLAVAL, P. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p.59.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo apoio concedido à realização da pesquisa de doutorado em questão (Processo nº 2013/04404-9).

REFERÊNCIAS

AGBE-DAVIES, A.; BAUER, A.A. Rethinking trade as a social activity: An introduction. In: AGBE-DAVIES, A.; BAUER, A.A. (Ed.). *Social archeology of trade and exchange: Exploring relations among people, places, and things*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010. p.13-28.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. “ATA (cópia) da reunião da Junta composta pelo governador, D. Francisco Martins Mascarenhas de Lencastro, o bispo D. Frei Francisco de Lima, o ouvidor geral Manoel da Costa Ribeiro, o provedor da Fazenda Real, Inácio de Moraes Sarmiento e o procurador da Coroa e Fazenda, Antônio Rodrigues Pereira, da capitania de Pernambuco, sobre a forma que se deve ter com as datas das sesmarias, foro e arrecadação”. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, 1699, Cx. 18, D. 1777.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. “CARTA Régia do rei, D. Pedro II, ao governador da capitania de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro, ordenando as normas para o povoamento e assentamento de datas de terras no sertão”. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, 1699, Cx. 18, D. 1771.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. “CARTA do vice-rei e governador geral do Brasil, Vasco Fernandes Cesar de Menezes ao rei [D. João V] comunicando as diligências em que mandou efetuar o coronel Pedro Barbosa sobre os particulares e dependências de jacobina”. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, 1721, Cx. 15, D. 1338.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. “CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o caminho que se descobriu e se abriu do Maranhão para a Bahia”. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, 1696, Cx. 9, D. 906.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. “CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento dos povoadores e descobridores dos sertões do Piauí, solicitando a posse das terras que cada um tivesse descoberto e fosse descobrindo, pagando apenas o foro à fazenda real”. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, 1697, Cx. 1, D. 04.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. “IDEIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &.^a&.^a desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitancias o Governador e Capitam General Jozé Cézár de Menezes”. In: ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. v.40. ano 1918. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1923.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. “OFÍCIO do vice rei, Athouguia, expando as dificuldades que o desembargador Agostinho Felix dos Santos Campello apresentava para realizar a sua viagem para Goiás, como lhe fora ordenado, informando que a despesa era grande, por causa da enorme distancia a percorrer, da inclemência dos caminhos e do clima e dos assaltos dos gentios que tornavam necessário ir aquele magistrado bem acompanhado e provido de todos os recursos”. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, 1751, Cx. 2, D. 173.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. “OFÍCIO do [desembargador], Francisco Marcelino de Gouveia, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a falta de meios dos senhores das fazendas e moradores do Piauí para o seu desenvolvimento”. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, 1760a, Cx. 6, D. 400.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. “OFÍCIO do engenheiro, Henrique Antônio Gallucio, ao de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as configurações geométricas que efetuou de toda a costa marítima, desde o Pará ao Maranhão e capitania do Piauí, para elaboração de cartas geográficas da capitania, enviando um requerimento a solicitar a sua nomeação para o cargo de sargento-mor engenheiro, com soldo dobrado”. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, 1760b, Cx. 7, D. 437.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. “OFÍCIO do ouvidor da capitania de Pernambuco, Antônio Moraes Teixeira Homem, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a situação da justiça nos julgados da comarca de Olinda, Garanhuns, Tacaratu, Pajeú e Cabrobó, e sugerindo sua elevação de todas à vila, e informando o desenvolvimento comercial de Paudalho e de Santo Antão da Mata e a necessidade de transformá-las em vilas a fim de melhorar a aplicação da justiça na dita capitania”. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, 1787, Cx. 160, D. 11530.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. “RELAÇÃO dos sítios povoados na região da chapada para dentro”. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, 1720, Cx. 10, D. 1066.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. “REQUERIMENTO do coronel Garcia de Ávila Pereira ao rei, D. João V, solicitando ordenar ao vice rei do Brasil que envie um ouvidor a Jacobina para averiguar os danos ali ocorridos e criar uma aldeia no sitio das Alagoas ou junto a igreja de Santo Antônio”. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, 1723, Cx. 1722, D. 1484.

ARRAES, D.E.A.A. *Curral de reses, curral de almas*: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX. 2012. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARRAES, E. Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco. *Anais do Museu Paulista*, v.21, n.2, p.47-77, 2013.

BENDER, B. Landscape and politics. In: BUCHLI, V. (Ed.). *The material culture reader*. Oxford and New York: Berg, 2002. p.303-314.

BESSE, J.-M. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico (...)* autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos e offerecidos a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. v.8 Disponível em: <<http://www.bbm.usp.br>>. Acesso em: 9 set. 2015.

BURKE, P. *O que é História cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARRERI, F. *Walkscape: el andar como práctica estética*. Barcelona: Gustavo Gili SA, 2002.

CLAVAL, P. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia cultural: uma antologia*. ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: UERJ, 2012. v.1. p.245-276.

COUTO, D.L. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco. Discursos brasílicos, dogmáticos, bélicos, apologéticos, moraes e históricos. In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. v.26, tomo 1. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1904.

COSGROVE, D. *Social Formation and Symbolic Landscape*. Madison: University of Wisconsin Press, 1984.

DUNCAN, J. *The city as text: The politics of landscape interpretation in the Kandy kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

ENNES, E. *A guerra dos Palmares*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1938.

FONSECA, J.J. *Rodelas: curraleiros, índios e missionários*. Salvador: Imprensa do autor, 1996.

GALINDO, M. *O governo das almas: a expansão colonial do país dos Tapuia (1651-1798)*. 2004. Tese (Doutorado) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

GARDNER, G. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

GUTIÉRREZ, R. Reflexiones para una metodología de análisis del barroco americano. In: Simposio Internazionale sul Barocco Latino Americano, Atti Del Simposio. Roma: Instituto Ítalo Latino Americano, 1982.

HARLEY, J.B. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

HOSKINS, W.G. *The making of the English landscape*. Harmondsworth: Penguin, 1985.

LAZZARI, M. Landscape of circulation in Northwest Argentina: workings of Obsidian and ceramics during the first millenium. In: AGBE-DAVIES, A.; BAUER, A.A. (Ed.). *Social archeology of trade and exchange: Exploring relations among people, places, and things*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010. p.49-68.

LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

LÖFGREN, A. *Contribuição para a questão florestal da região do Nordeste do Brazil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1923.

MARTINS, F.A.O. *Um herói esquecido (João da Maia da Gama)*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colônias, 1944. v.2.

MITCHELL, W.J.T. Imperial landscape. In: MITCHELL, W.J.T (Ed.). *Landscape and power*. 2nd. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2002. p.1-20.

NANTES, padre M.O.F.M. *Relação de uma missão no rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

NEVES, E.F. et al. *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais nos sertões da Bahia*. Salvador: Arcadia, 2007.

ROSA, G. *Grandes sertões, veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ROTEIRO do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXII, v.99, 1900.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SILVA, A.M. Dicionario da Lingua Portugueza: recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Tipographya Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br>>.

SPIX, J.B. von; MARTIUS, C.F.P. von. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v.2.

VILHENA, L.S. *Recopilação de noticias soteropolitanas e brasílicas*. Salvador, 1802. v.1. Disponível em: <<http://www.bndigital.bn.br>>. Acesso em: 1 nov. 2011.

WOOD, D. *The nature of maps: Cartographic constructions of the natural world*. Chicago: University Chicago Press, 2008.

ESDRAS ARRAES | Universidade de São Paulo | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | R. Maranhão, 88, Higienópolis, 01240-000, São Paulo, SP, Brasil | E-mail: <esdras_arraes@yahoo.com.br>.

Recebido em
27/8/2015,
reapresentado
em 28/3/2016
e aprovado em
28/4/2016.